

Sarney diz que tentará acatar a Constituinte

Dodora Guedes

JOÃO PESSOA — O presidente José Sarney disse que se esforçará "para que todas as decisões da Constituinte sejam viabilizadas", mas não afastou a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal, se tiver o mandato reduzido para quatro anos. "Não quero falar de hipótese", respondeu, quando indagado pela segunda vez sobre o recurso ao STF.

Insistiu que tem direito a governar cinco anos e afirmou que a Constituinte sobre seu mandato atropelou a elaboração da nova Constituição, inclusive a discussão do melhor sistema de governo para o país. "Já há candidaturas nas ruas e nem se discutiu a fundo questões importantes da Constituinte."

Semana difícil — Sarney disse que terá pela frente "uma semana difícil", quando a Constituinte deverá decidir as questões do mandato e do sistema de governo. Sem demonstrar o mesmo otimismo dos assessores, ele ainda acredita na aprovação dos cinco anos, com presidencialismo.

Embora reconheça que o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, lidera uma parcela de votos que poderão ser decisivos, Sarney declarou que não vai procurá-lo para tentar um entendimento. "Ele está muito atarefado", comentou.

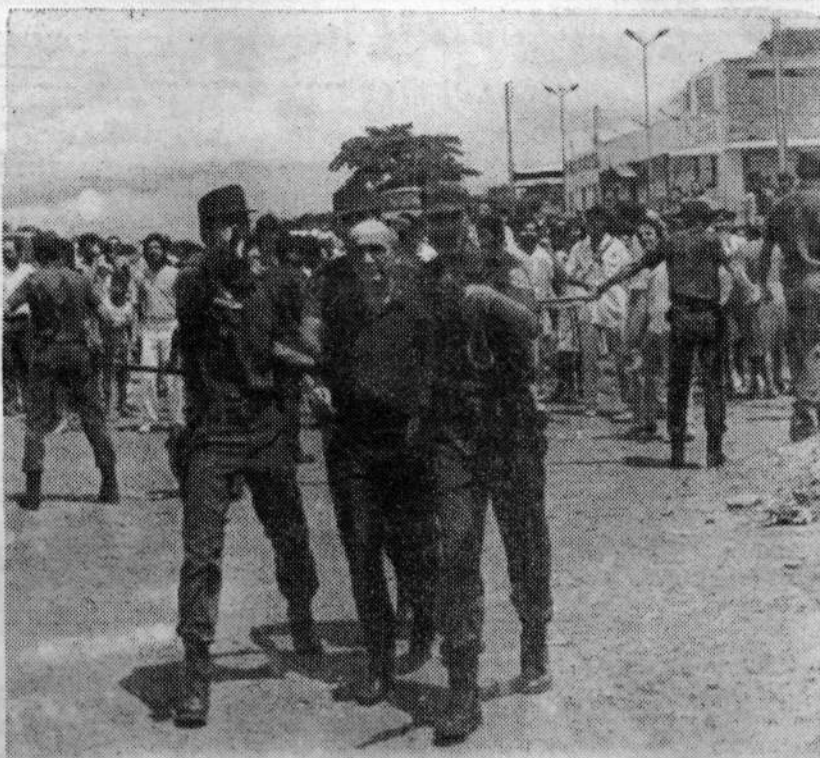
"No momento de dificuldades que o país atravessa, não quero ser o culpado pelas coisas darem errado", disse Sarney, ao explicar suas reiteradas advertências para o risco de desestabilização do processo de redemocratização. Queixou-se de que ficou abanconado em momentos importantes da tarefa de conduzir a transição.

Risco — O presidente assinalou que a controvérsia sobre a duração de seu mandato impediu a discussão serena da alternativa presidencialismo ou parlamentarismo. Declarou-se adepto do parlamentarismo — "é o melhor sistema de governo, o mais perfeito" —, mas ressaltou que o mais conveniente para o país, no momento, é a manutenção do presidencialismo.

Sarney voltou a criticar a Constituinte, advertindo que o país corre o risco de ter uma Constituição que o tornará ingovernável. "Muita gente chega para mim e diz: depois a gente muda isso, referindo-se a pontos que a Constituinte está aprovando", contou.

Sobre a escolha do sucessor do sanitário Hélio Cordeiro na presidência do Inamps, Sarney negou que haja qualquer compromisso de indicar o nome com base na lista tríplice apresentada pelo ministro da Previdência Social, Renato Archer. "O cargo é de escolha pessoal do presidente", ressaltou.

Em João Pessoa, Sarney teve o segundo encontro com Miguel Arraes, desde que o governador de Pernambuco rompeu com o Planalto, há dois anos. A convite do governador da Paraíba, Tarciso Burity, Arraes recebeu o presidente no aeroporto Castro Pinto com um cumprimento formal.



João Pessoa - Vicente Moura

Vital Rego, da OAB, tentou fazer ato por diretas

PM paraibana impede comício

Tropas do Exército armadas com fuzis e utilizando blindados ajudaram a PM da Paraíba a impedir, ontem de manhã, que entidades e partidos da esquerda promovessem uma manifestação pró-eleições diretas em 88, durante a visita do presidente Sarney a João Pessoa. A ação da PM, coordenada pessoalmente pelo comandante-geral da corporação, coronel do Exército Marden Alves da Costa, resultou na prisão do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba, Antônio Vital do Rego e um membro da pastoral operária, Daniel Coelho, além de uma transeunte.

O coronel Marden Costa determinou a apreensão de um carro de som e de um caminhão que serviria de palanque para os promotores da manifestação. Foram destruídos faixas, cartazes e bandeiras do PT, PC do B e da CUT. Os incidentes entre a polícia e os manifestantes aconteceram às 9h30min, no eixo rodoviário que liga João Pessoa e a cidade de Bayeux ao aeroporto Castro Pinto (BR-230), a dez quilômetros do centro de João Pessoa, onde foi montada uma verdadeira praça de guerra. Havia quatro tanques do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado, além de viaturas do Exército, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal, num total de 25 veículos e mais de 100 homens.

Poderio — O advogado Vital do Rego passou quatro horas detido, liberado após prestar depoimento na Polícia Federal, para onde foi levado por ordem do comandante da PM. Vital é o coordenador do Comitê Suprapartidário pró-diretas em 88, que na Paraíba tem a liderança da OAB e é integrado ainda

pelas centrais sindicais (CUT e CGT), e o PT, o PCB, o PSB, o PC do B, e o PDT, associações de classe de moradores.

Nenhuma outra visita presidencial, nem durante os governos militares, justificou tal ostentação de poderio militar com a qual foi recebido o presidente Sarney. O Exército formou um cordão de isolamento pelo percurso de mais de 80 quilômetros percorridos pela comitiva. Tudo isso porque, na noite anterior, o comitê — que não conseguiu reunir 3.000 pessoas em praça pública — anunciou que faria uma manifestação pacífica, no trevo que dá acesso ao aeroporto Castro Pinto, quando seria distribuído um documento conclamando a população à luta pela alteração da política econômica e social do governo.

O aeroporto foi fechado ainda de madrugada. Para se chegar lá, era preciso passar pelas revistas de duas barreiras. Os soldados abriam até bolsos de senhoras. Ninguém escapou da revista, nem o secretário de Justiça da Paraíba, Waldir dos Santos Lima, barrado por não ter a credencial fornecida pela PM. A pista de pouso também foi isolada, assim como a estrada, ocupada por soldados do Exército portando fuzis com baionetas.

Os soldados cercaram também o prédio da Fundação Casa de José Américo, onde Sarney recebeu medalha de ouro por "relevantes serviços prestados à cultura da Paraíba". O prédio fica na praia do Cabo Branco, tomada por soldados do Exército e da Marinha. O governador Tarciso Burity (PMDB), no aeroporto, garantiu que não sabia a razão do esquema militar.

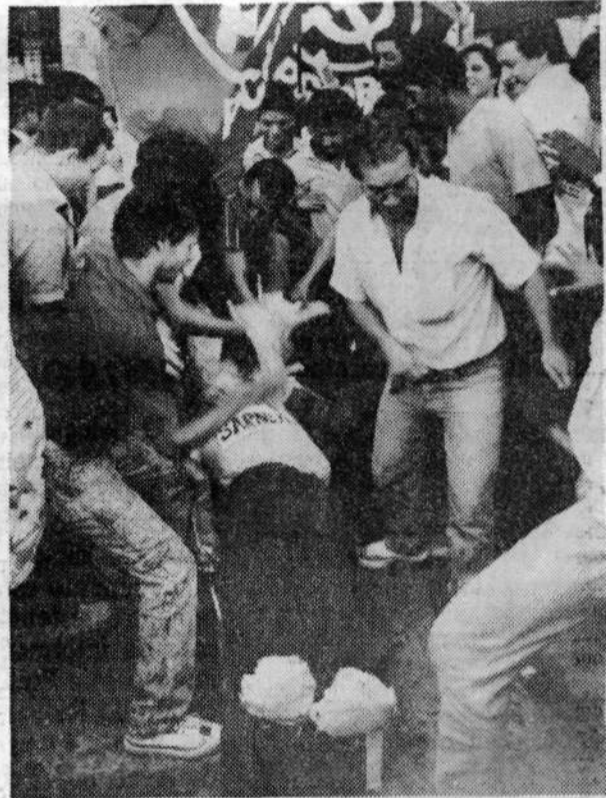
Tropa não se afasta de posição legalista

As Forças Armadas aceitam a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos se esta for uma decisão soberana da Constituinte, informou um assessor da cúpula militar. Segundo o oficial, que teve acesso a informações da reunião do alto comando das Forças Armadas, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, considera que a realização de eleições este ano coloca em risco a tranquilidade interna da nação, mas nem por isso afastará a tropa da postura legalista mantida até agora.

Os chefes militares vão se empenhar pelo mandato de cinco anos e pretendem exercer pressão sobre os constituintes através da assessoria parlamentar. Se a questão dos cinco anos para Sarney é consensual dentro das Forças Armadas, diferem as opiniões quanto ao sistema de governo: uns defendem o parlamentarismo, outros, o presidencialismo. Ao contrário dos empresários, que torcem pela realização de eleições este ano, os militares acreditam que o mandato de quatro anos ampliará a crise interna. Sua argumentação baseia-se na idéia de deixar de lado teses imediatistas e pensar o futuro do país.

Em Curitiba, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, explicou que a defesa que fez quinta-feira do mandato de cinco anos para Sarney foi uma forma de transmitir aos constituintes, "de forma absolutamente democrática", uma preocupação das Forças Armadas. "Isto é válido, é ético. Os professores, os sindicatos também não se manifestam?" — argumentou.

Custódio Coimbra



Foi muito rápido. Em menos de um minuto, 200 pessoas esfaquearam, ontem à tarde na Central, aos puxões, socos e pontapés, um boneco do presidente José Sarney, ao mesmo tempo em que repetiam as palavras de ordem do PC do B, que promoveu a manifestação: "O povo não aguenta Sarney até 90" e "Sarney, ladrão Pinochet do Maranhão". As 17h, militantes do partido agitavam quatro bandeiras vermelhas na área contígua à estação do metrô, na avenida Presidente Vargas, e não conseguiam atrair mais que 30 pessoas, entre os trabalhadores apressados que corriam para pegar o trem. Uma hora depois, com a chegada do boneco do presidente, rapidamente se formou uma multidão, e o ataque foi fulminante.

Ulysses abre com Passarinho negociação final

Brasília — Luciano Andrade

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, deu início ao amplo processo de negociação para definição do sistema de governo, duração de mandato, fim da transição e promulgação da Nova Carta. A primeira conversa de Ulysses fora do seu partido foi com o senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS.

Ulysses procurou Passarinho em casa, no fim do dia. Depois de meia hora de conversa, o senador informou que eles avaliaram as várias tendências do plenário em relação ao sistema de governo e tempo de mandato, sem que tivessem concluído pela existência de uma posição dominante. "Nós estamos procurando os rumos, mas ainda não os encontramos", avisou Ulysses na porta da casa de Passarinho, durante as despedidas.

Incerteza — O presidente do PDS explicou que a conversa não foi conclusiva — "Há muitas divergências, e adeptos do presidencialismo e do parlamentarismo afirmam que vencerão" — e admitiu que uma das saídas para o impasse poderá ser a adoção de um sistema misto de governo, que adote mecanismos do parlamentarismo sem que se abra mão do presidencialismo. Jarbas Passarinho, contudo, não se arrisca a apostar em qualquer alternativa neste momento, porque diz que há incerteza sobre o destino das próximas votações.

"Há alguns dias eu estava seguro de que os cinco anos de mandato seriam aprovados, mas acho que hoje, em avaliação recente, este prazo pode não estar garantido", comentou, acrescentando que uma nova conversa entre ele e o presidente da Constituinte deverá ocorrer na próxima semana.

Ulysses se dedica hoje e amanhã a conversas internas no PMDB. Os históricos defendem o parlamentarismo para após a saída do presidente José Sarney, a quem desejam conferir mandato de quatro anos. Já alguns moderados querem cinco anos para Sarney, mas só com parlamentarismo, enquanto outros são presidencialistas.

O medo de um confronto entre governo e Constituinte levou o empresário Antônio Ermírio de Moraes — ferrenho presidencialista e defensor do mandato de quatro anos — e o prefeito Jânio Quadros — outro presidencialista — a se unirem em defesa do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e a implantação do parlamentarismo. Adversários na política paulista, Ermírio e Jânio se encontraram no gabinete do prefeito, no Parque do Ibirapuera, por meia hora. O diretor-superintendente do grupo Votorantim, o maior conglomerado privado do país, despediu-se de Jânio proclamando que os dois chegaram a uma conclusão unânime: "Temos que unir nossas vozes para evitar o confronto."



Ulysses escolheu Passarinho para primeira conversa

Vianna acha que 'vulcão' não explode

"O nosso amigo (presidente Sarney), se quiser ficar mais de quatro anos, vai ter que fazer como o Arthur Bernardes (1922-1926), que governou quatro anos sem sair do palácio, em estado de sítio. Só que naquele tempo, com as condições da época, era uma teteia...". O comentarista é do senador Luís Vianna Filho (PMDB-BA), 79 anos, que foi chefe do Gabinete Civil no primeiro governo militar do ciclo de 64 e já esteve muito próximo do presidente José Sarney.

Luís Vianna, que já fazia política em 1930, contra os revolucionários, comentou a posição atribuída aos ministros militares, em favor dos cinco anos de mandato: "Não acredito nessa posição. Eles falaram por indução, do Planalto ou de alguém, mas sabem que uma decisão da Constituinte será respeitada. Ademais, eles não movem a força militar. Estão, como todos os ministros, defendendo seus empregos. Ninguém quer deixar governo. É claro que todos preferem cinco e não quatro".

Para o senador, "o vulcão não explode toda hora. Explodiu em 64, mas com toda a imprensa, sociedade mobilizada em marchas". Agora, segundo ele, o que a sociedade quer "é o contrário do que dizem querer os ministros militares". Informado sobre os incidentes com o presidente Sarney em João Pessoa, o senador pela Bahia afirmou:

— Noventa por cento da sociedade querem quatro anos.

"Barbada" — Informa que ouviu "muita gente, dentro e fora do Congresso" e que não está falando em seu próprio nome, mas resumindo a essência do que ouviu nos últimos dias. Em seguida dispara contra as articulações em torno do parlamentarismo com quatro anos:

— Tem gente falando nisto e vou dizer uma coisa. Se vierem com esta, vai dar presidencialismo com quatro anos. Vai ser barbada. Tem gente, como o senador Richa, que quer o parlamentarismo e deixa para resolver depois quando será sua implantação. Pois eu digo que o parlamentarismo vai por água abaixo se se falar em cinco anos.

— Qual é o argumento dos militares para só haver eleição em 89? Problemas ou perturbações eleitorais? — pergunta, encarregando-se da resposta: — Ora, isso vai acontecer em 88 ou em 89 da mesma forma. Não há lógica nesta argumentação.

— E quanto a uma possível vitória de Leonel Brizola?

— Brizola é candidato agora e no futuro. O que muda? E tem mais. Se ganhar ele tomará posse, como tomou Getúlio, em 50. A época, o Otávio Mangabeira não queria essa posse e me mandou ao presidente Dutra, que me disse: "Vai ser duro eu dar posse ao Getúlio". O que fez o Getúlio? Chamou os generais Zenóbio, Estilac Leal, Mendes de Moraes e mais alguns e se compôs".

Luís Vianna interrompe a narrativa para completar o raciocínio: — Se o Brizola ganhar, chama quatro generais, almirantes, brigadeiros, conversa e compõe seu staff militar. Sem problemas maiores. Para o senador, "democracia é isto, embora democracia seja uma coisa revolucionária no Brasil. Ainda causa espanto que alguém vença e tome posse".

Acordos poderão levar a forma intermediária

O presidente Sarney e o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, vão se encontrar este hoje e o início da próxima semana já com um ponto básico de entendimento: ambos são presidencialistas mas admitem uma fórmula parlamentarizada que possa obter o consenso da Constituinte. Nem o presidencialismo nem o parlamentarismo apresentados nas várias emendas deverão obter, sozinhos, os 280 votos necessários para sua aprovação e, assim, só resta uma solução intermediária.

As negociações estão aceleradas entre as várias correntes no Congresso e parte principalmente das bancadas do PMDB do Ceará e de Goiás a mobilização pela aprovação do parlamentarismo com cinco anos de mandato. Numa conversa com o governador de Goiás, Henrique Santillo, anteontem, Ulysses admitiu "patrocinar entendimento nesse sentido, desde que o partido queira", como informou ontem o deputado Fernando Cunha (PMDB-GO), que estava presente. Entretanto, há sérias reações à fusão do parlamentarismo com os cinco anos de mandato, inclusive dos pemedebistas de esquerda e fiéis à liderança do senador Mário Covas.

Presidencialistas já sabem como vão votar

Os defensores do presidencialismo decidiram votar em bloco na emenda do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a primeira a ser apreciada na discussão do sistema de governo, por ter recebido maior número de assinaturas. Caso consigam aprová-la, farão destaques em separado visando a modificar pontos sobre os quais partidos e contituíntes presidencialistas não concordam. O PT e o PDT, por exemplo, defensores dos quatro anos de mandato para o presidente da República, querem retirar da emenda de Lucena o artigo que fala em cinco anos.

A estratégia foi traçada em reunião dos presidencialistas — entre eles, Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), José Genoino (PT-SP), Marco Maciel (PFL-PE) e Jarbas Passarinho (PDS-PA) — no gabinete de Lucena. Ficou decidido que muitos dos pontos a serem destacados serão aproveitados da emenda Manoel Moreira (PMDB-SP) — escrita pelo assessor especial do deputado Ulysses Guimarães, Miguel Reale Jr. — que já figura no "presidencialismo parlamentarizado", ou seja, há a presença do primeiro-ministro, mas este é apenas um auxiliar direto do presidente da República e pode ser demitido a qualquer hora.

A votação — Será assim a votação do sistema de governo no plenário da Constituinte, na semana que vem:

1 — O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anuncia a votação da emenda de Humberto Lucena, que obtve 352 assinaturas. Se for aprovada, a proposta parlamentarista de Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), que obtve 346 assinaturas, cai automaticamente. Se for rejeitada, entra em votação a emenda de Egídio. Mas, se não obtver 280 votos contrários nem 280 favoráveis, Ulysses suspende a sessão por 24 horas, para novamente colocar a emenda em votação;

2 — Se, no dia seguinte, não for rejeitada nem aprovada pelo voto, cai automaticamente, e sobe para votação a emenda de Egídio.

3 — Caso a emenda parlamentarista de Egídio também não obtenha 280 votos favoráveis ou contrários, volta-se ad primeira caixa e a sessão é suspensa por 24 horas. Se, posta novamente em votação, tornar a não obter 280 votos contrários ou a favor, Ulysses põe então na pauta o texto da Comissão de Sistematização, que é parlamentarista.

4 — Repetindo-se de novo as situações anteriores, fica caracterizado o buraco negro. O relator Bernardo Cabral passa a ter 48 horas para comandar um acordo entre as partes ou apresentar um texto que seja aceito pela maioria.